

# MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO DA RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADES ESTIGMATIZADAS E O ACESSO AOS DIRETOS EM RECIFE-PE

Autora: Camila Borges da Silva

*Universidade Federal da Paraíba - camilacsborges@gmail.com*

## Resumo

O presente trabalho consiste em uma análise antropológica da relação entre a identidade estigmatizada e o acesso aos serviços de atendimento e garantia de direitos das mulheres em situação de rua da cidade do Recife. O objetivo maior deste trabalho é descrever como o estigma gera barreiras para o acesso aos direitos da população em situação de rua, observando sobretudo a construção da identidade desses indivíduos que fazem da rua o seu espaço de trabalho e moradia. Durante o trajeto desse estudo, é realizada a leitura do papel das instituições definidas como espaço de proteção para indivíduos em vulnerabilidade social, como reforçadores desse estigma e da relação de poder existente entre estigmatizadores e estigmatizados. Por fim, o método utilizado durante a realização da pesquisa foi a Etnografia, com observação participante em equipamentos da rede de atendimento à população em situação de rua da cidade do Recife.

**Palavras-chave:** mulheres, situação de rua, estigma.

## INTRODUÇÃO

Partindo-se de estudos sobre estigma, este trabalho analisa como tais conceitos relacionam-se com os rótulos atribuídos cotidianamente aos moradores de rua da cidade do Recife. A pesquisa também compreende o modo como o estigma regula e delinea o acesso aos serviços garantidores de direitos pelos indivíduos analisados. O estudo de estigma relacionado à população de rua se torna relevante diante da invisibilidade e marginalidade sofrida por este grupo. O termo situação de rua é preferencialmente utilizado para ressaltar o caráter transitório e processual de vivenciar sua prática nas ruas, "...para delimitar as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a ideia predominante (e pejorativa) de que se trata de pessoas de rua, que não têm outra característica senão o fato de pertencer às ruas da cidade" (GIRGETTI, 2006,p.20).

Os elementos que compõem a pesquisa foram formados a partir de uma etnografia em que, simultaneamente, eu ocupava o papel de educadora social da secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos da Prefeitura do Recife (SDSDH) e pesquisadora estudante do Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE.

Esta Etnografia tem como interlocutoras mulheres em situação de rua atendidas na rede de assistência da prefeitura do Recife. O objetivo deste trabalho é identificar as dificuldades e caminhos na busca pelos direitos, diante dos estigmas que os moradores de rua recebem ao serem caracterizados como desviantes. Outra proposta do texto é apresentar como se dá a categorização de "estigmatizado", atribuída ao indivíduo que mora nas ruas. Assim, questiono com inquietação quem

atribui essas características? Como essas características estigmatizadas são vivenciadas e vistas pelos moradores de rua? Como elas repercutem no acesso ao direito e oportunidades? O que é ser mulher em situação de rua?

## METODOLOGIA

Nesta pesquisa, tomo o centro da cidade do Recife como campo, particularmente os principais espaços ocupados por mulheres que moram nas ruas, enfatizando as experiências de estigma e desvio vivenciadas por elas. Para tanto, a etnografia é o método adotado neste trabalho, de tal modo, pretendo utilizar como direcionamento para esta pesquisa os pressupostos teóricos e metodológicos que colaboram para uma definição da investigação urbana antropológica (MAGNANI, 1996).

A entrevista é utilizada como fonte de compreensão do sentido e significação (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) daquilo que foi visto e ouvido neste trabalho. No entanto, a partir da pesquisa feita por mim com população em situação de rua do Recife para o trabalho de conclusão da minha graduação em Ciências Sociais, a tentativa do uso do questionário fechado e do gravador foi constrangedora, visto que os entrevistados se sentiam bloqueados em trocar informações com a servidora da instituição na qual eram atendidos, no caso, viam em mim apenas a figura da educadora social. Portanto, as informações foram obtidas através da observação participante e da adoção de anotações, seguindo a ordem cronológica (WEBER, 2009), posteriores no diário de campo.

Fugindo do ideal positivista de neutralidade científica, Berreman (1990) afirma que sujeitos e etnógrafo buscam projetar as impressões que sirvam aos seus objetivos. Assim, na observação participante e nas entrevistas, o pesquisador deve sempre estar atento aos interesses e estrutura social que envolvem as ações e falas apreendidas. Assim, importante reconhecer a relação de privilégio e poder que o meu papel de pesquisadora, antropóloga e a minha atividade como educadora social construíram na minha relação anterior com os interlocutores e podem estar presentes na atividade etnográfica desta pesquisa. Debert (2004) traz a seguinte reflexão ao pensar a postura ética da pesquisa antropológica:

O antropólogo é alguém que ocupa não apenas uma posição de saber, mas é também detentor de status, prestígio e poder num mundo em que os grupos

pesquisados são desprivilegiados, vítimas de formas de opressão e dominação, minorias sem situação de vulnerabilidade. Dessa perspectiva, nos debates sobre ética, procedimentos éticos e códigos de ética, os interesses dos grupos pesquisados devem preceder os interesses da pesquisa.

Assim como Debert (2004), Cardoso de Oliveira (2000) vê a relação pesquisador/informante como uma relação de poder, mesmo com a tentativa do objetivismo radical de tornar essa relação neutra. No entanto, a partir do momento em que o informante passa a ser o interlocutor, não respondendo apenas perguntas pontuais, há a abertura para uma relação dialógica, assim os “confrontos” existentes se tornam um “encontro etnográfico”. Essa interação, durante a etnografia, desenvolve a “observação participante”, em que o pesquisador é aceito pela sociedade estudada de uma forma que não impeça a interação entre pesquisador e sociedade.

Como as subjetividades do pesquisador e dos interlocutores permeiam a trajetória etnográfica, há a dúvida sobre a possibilidade de realizar um trabalho de campo antropológico com dados e informações confiáveis. Assim, a fim de obter um rigor acadêmico, foi realizada a desconstrução clássica de familiaridade (MALINOWSKI,1976).

Porém, como a Antropologia sempre operou no caminho da “alteridade” estudando o outro – o exótico- os estudos conduzidos em meio urbano, ao se confrontarem com a dificuldade em relativizar a própria cultura, acabaram resgatando a ideia de “exotismo” para se referirem à necessidade de o pesquisador se posicionar em campo de forma que consiga fazer uma abordagem isenta de um olhar viciado e orientado mais pelo pertencimento do pesquisador à sua própria cultura do que pelo seu interesse acadêmico de estudar um recorte dela. Por isso, acredito que a efetividade da desconstrução de familiaridade tem melhor aplicabilidade – no caso deste trabalho inclusive – conforme as perspectivas de Gilberto Velho (1978), de que, em determinados momentos, o antropólogo consegue ver o familiar não como exótico, mas como algo mais complexo do que percebia antes. O campo é uma experiência, sobretudo, de revisão das perspectivas do pesquisador, sendo necessário buscar assumir uma posição de distanciamento das categorias e perspectivas que se conhece, para, então, conseguir uma percepção da própria cultura de forma mais panorâmica.

A partir do trabalho de Cardoso de Oliveira (2000), é possível afirmar que a escrita fora do campo de pesquisa possui maior qualidade cognitiva, pois são nos gabinetes que os antropólogos textualizam os fenômenos socioculturais observados. Assim, ainda seguindo a lógica de Cardoso de Oliveira (2000), a escrita é baseada nas minhas experiências, dados coletados e referências teóricas

de análise. Portanto, é no momento da escrita que o pesquisador organiza as ideias e acaba aperfeiçoando-a ao reescrever no seu processo de reflexão sobre o campo.

Por fim, é preciso compreender que o etnógrafo nunca deixa de ser um estranho e que o controle das impressões está presente em qualquer interação social, pois o pesquisador e os interlocutores fazem seus próprios recortes das narrativas (BERREMAN, 1990, BOURDIEU, 2006). Assim, para uma pesquisa etnográfica eficiente é preciso, através de métodos que demonstrem toda a trajetória da pesquisa ( dificuldades, dúvidas, realizações, reflexão, rotina), compreender a natureza da interação social e os resultados.

## DISCUSSÃO

Atualmente, o estudo de estigma e desvio vem sendo explorado em algumas áreas das ciências humanas; como a psicologia, educação e serviço social; no entanto, cada pesquisador traz o seu olhar para a perspectiva do que é estudado. Pela dificuldade de acesso ao campo relacionado aos moradores de rua, e as mulheres serem uma minoria entre o grupo, há uma escassez de produções relacionadas diretamente ao tema.

Segundo o último censo oficial realizado pela prefeitura do Recife (2005) são 1390 os indivíduos que dormem e vivenciam suas práticas nos logradouros da cidade, sendo 502 com idade entre 0 e 18 anos, 428 entre 19 e 35 anos, 168 entre 36 e 45, 188 entre 46 e 60 anos, 98 acima dos 60 anos e 6 que não responderam. Neste estudo, não houve uma distinção de gênero, fragilizando a coleta de dados para a implementação de políticas específicas para as mulheres.

Para estudar a rua é preciso entendê-la como um espaço de sobrevivência, trabalho e morada, não apenas em um contraponto negativo em relação à casa. Silvia (2009,p.136) define a população de rua como “Grupo populacional heterogêneo, mas que possui, em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular...”. São diversos os fatores que levam um indivíduo às ruas como a fragilidade dos vínculos familiares, adicção a alguma droga, transtorno mental, conflitos na comunidade e a falta de remuneração salarial.

A rua inicialmente é pensada como um espaço masculino, no entanto, as mulheres criam artifícios para sobreviver à violência e à situação de vulnerabilidade a que são expostas. Desta forma, vivenciam que “ lugar de mulher” também é na rua.

Os conceitos de estigma e desvio, tendo a contribuição das Ciências Sociais como estruturadora do conhecimento, serão embasados a partir da desconstrução do estigma enquanto patologia (VELHO, 2003; GOFFMAN, 2012), da busca de entender como o desvio é construído (BECKER, 2008; VELHO, 2003; GOFFMAN, 2012) e como é formada a identidade de desviante das mulheres em situação de rua no centro do Recife.

Nas relações sociais, é comum caracterizarmos o indivíduo a partir do que prevemos da sua identidade social, os aspectos que permitem imaginar os seus atributos. O estigma surge a partir do momento em que há uma discrepância entre a imagem que esperamos e criamos de um indivíduo, identidade social virtual, e as características realmente apresentadas por ele, identidade social real (GOFFMAN, 2012). Essa pré-concepção está embasada nas nossas expectativas normativas.

Assim como o estigma, o desvio social remete a uma problemática “de delimitação de grupos sociais e de demarcação de suas respectivas posições estruturais” (VELHO, 2003, p.30). Dessa forma, o desvio não existe isoladamente, mas é algo socialmente construído, variando de acordo com o grupo relacionado e com as características que envolvam o indivíduo em questão como cor, classe social e grau de instrução formal.

Normalmente, os denominados “normais” são os detentores do poder e formuladores das regras. Essas podem ser legais, criadas pelo Estado, ou a partir das tradições impostas informalmente. Gradativamente, desviantes e estigmatizados são empurrados para uma subcultura e clandestinidade, reforçando os rótulos existentes e o acesso desigual às oportunidades.

Com o rótulo recebido, os estigmatizados não conseguem “(...) o respeito e a consideração que os aspectos não contaminados de sua identidade social os haviam levado a prever e que ele havia previsto receber” (GOFFMAN, 2012, p. ). Sendo assim, o estigma é um fator que leva o indivíduo ao descrédito.

Resultado de um sistema social sexista, a mulher é fruto da exclusão de gênero. No caso das moradoras de rua, a marca do estigma e a relação direta que é feita ao desvio as deixam à margem do empoderamento do seu corpo em troca da segurança e reproduzem com um peso ainda maior a relação que Scott (1995) afirma ser de subordinação da mulher e dominação do homem.

## CONCLUSÕES

A proposta apresentada neste trabalho foi analisar a relação do estigma como barreira no acesso aos direitos das mulheres em situação de rua. Neste caso, o acesso ao direito foi vivenciado a partir de uma etnografia em serviços socioassistenciais da rede municipal do Recife.

Antes de pensar na população de rua do campo em questão, foi preciso elucidar o debate a respeito das nomenclaturas e classificações que envolvem os sujeitos dessa pesquisa, tanto por uma questão teórico-metodológica do trabalho quanto para expor como o sistema de tipificação colabora para a construção da identidade do indivíduo que faz da rua sua moradia e trabalho, seja temporariamente ou de forma permanente.

No âmbito mundial, a população de rua surgiu a partir de arranjos do capitalismo para favorecer a acumulação de bens nas sociedades pré-industriais da Europa. Muitos camponeses foram expulsos de suas terras, mas nem todos conseguiram se inserir como trabalhadores de indústrias, ocasionando o pauperismo e impossibilitando condições mínimas de subsistência. Já no Brasil, maiores informações sobre o tema surgem a partir do processo recente de articulação de representações civis e do Estado na conquista de políticas específicas voltadas para a população em situação de rua, com o processo de redemocratização do país no final dos anos de 1980. A Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004 (Brasil, SDH, 2013) é a representação de uma grande conquista para a população em situação de rua, pois é a primeira a garantir proteção social especial ao atendimento da população em situação de rua e que como fruto, em 2008, teria a criação da Política Nacional Para Inclusão Social da População Em Situação de Rua. No entanto, a pesquisa nacional sobre população de rua, também no ano de 2008, mostrou o quanto os indivíduos em situação de rua estão a margem da sociedade, sendo excluídos do mercado formal de trabalho, minoria no acesso à educação formal e sofrerem preconceitos e estigma (Goffman, 2012) em espaços de sociabilidade e acesso aos direitos, como praças, instituições de saúde e instituições da assistência.

Como recurso da metodologia da pesquisa, o estudo do estigma vivenciado pela população em situação de rua aconteceu através da observação participante em duas instituições de atendimento a população em situação de rua do Recife: a casa de acolhida chamada República e o Centro Pop Glória.

O principal recurso utilizado na pesquisa foram os diários de campo escritos através de uma longa etnografia. O conhecimento teórico antropológico se tornou fundamental para trabalhar o meu “olhar, ouvir e escrever”, possibilitando que eu olhasse com estranhamento, ou seja, atribuindo valor científico, para algo que poderia passar despercebido a uma vivência sem estranhamento. Desta forma, o estranhamento cotidiano vivenciado por mim em um campo que ao mesmo tempo era tão próximo da minha realidade, só foi possível porque a partir do entendimento de que a familiaridade por si só não me permitia entender todas as questões subjetivas que envolviam aquele grupo de indivíduos. As falas dos usuários me traziam inquietações que me proporcionavam dialogar com meu arcabouço teórico e assim gerar uma pesquisa científica. Desta forma, a pesquisa foi cotidianamente construída no ato de pesquisar. Para isso, foi preciso entender a ciência e o trabalho científico diferente da rigidez e neutralidade total pensada pelo positivismo, mas sim colocar o respeito às alteridades subjetivas envolvidas em um âmbito central.

A rede socioassistencial e a forma como ela organiza seus atendimentos foi apresentada no intuito de esclarecer em que contexto estão inseridas as duas instituições utilizadas como campo da pesquisa. A apresentação foi realizada através da fala dos usuários e normatização da rede.

Em seguida, o estigma foi apresentado a partir da perspectiva de Goffman (2012), elucidando, a partir das falas dos usuários, como o estigma ocasionado por tipificações como “sujos”, “loucos”, “vagabundos” e “marginais” geram barreiras na garantia de direitos à população em situação de rua. Os estigmas restringem as oportunidades, como emprego formal, dos sujeitos em situação de rua, pois os invisibiliza ou os criminaliza.

Os discursos dos envolvidos na pesquisa eram marcados pela desigualdade e preconceito. Para a superação desse fator é indispensável que o indivíduo não seja julgado preconceituosamente pelo fator que o levou à situação de rua, mas sim gerado espaços de inclusão em debates sobre desigualdade, políticas públicas específicas para a população em situação de rua. Assim, sociedade civil e Estado se fortalecem na compreensão de que os sujeitos em situação de rua também são sujeitos de direitos.

Assim, chego ao fim deste trabalho, mas não a conclusão desta pesquisa, nem estas serão as minhas últimas considerações a respeito do tema. A pesquisa com população em situação de rua e a minha escrita etnográfica me fez ponderar e perceber diversos aspectos que envolvem os sujeitos da pesquisa. Após alguns anos atuando como educadora social, a maturidade etnográfica me tornou ciente de que o assunto exposto não está esgotado, e nem a minha escrita é uma verdade absoluta.

Por fim, chego a reflexão que mesmo munida de artifícios científicos, o meu olhar também é repleto de subjetividades e a continuidade da pesquisa e escrita sobre o tema me possibilitará confrontar minhas formas de conhecimento sobre as dinâmicas estudadas e as quais eu participei, a partir de outros referenciais, como da antropologia urbana ou das emoções.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Governo Federal. **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua**. Brasília, 2008.

BRASIL. Governo Federal. Sumário Executivo: **Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, 2008.

BRASIL. Governo Federal. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução 109, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União. Brasília, 2009.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH, 2013.

COSTA, Daniel De Lucca Reis. **A rua em movimento. Experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de PósGraduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução de Maria Luiza X. de Borges Revisão de Karina Kuschiner. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

BERREMAN, Gerald D. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: ZALUAR GUIMARÃES, Alba (org.) **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.p. 123-174.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 183-191.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In\_\_ **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 2000.p.17-36.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010

DEBERT, Guita. Ética e as novas perspectivas da pesquisa antropológica. In: VÍCTORA, Ceres, OLIVEN, Ruben George, MACIEL, Maria Eunice, ORO, Ari Pedro (org.) **Antropologia e ética: O debate atual no Brasil**, ABA, Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004, p.45-54.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a Antropologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão de Maria Claudia Pereira Coelho. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **O saber local**: Novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Joscelyne. 14 ed. Petrópolis:Vozes, 2014.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua**: uma questão social? São Paulo: FAPESP, EDUC, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro, LTC, 2012.

MAGNANI, José Guilherme. “Quando o campo é a cidade”. In: \_\_\_\_ Na Metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo, EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MALINOWSKI, B. “Introdução”. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, Pensadores, Ática, 1976.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **A rua e a sociedade: articulações políticas, sociabilidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua**. Curitiba, 2011 194 P.

MENDES, Mariana Vilas Boas. **Os moradores de rua e suas trajetórias**. Mariana Vilas Boas. BH, 2007 130p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. “ Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: Minayo, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Luciana Maria. **Crime é coisa de mulher: identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens**. 2014

RÍSERO, Antônio. **Mulher, casa e cidade**. São Paulo: editora 34, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. Porto Alegre. Vol.20, n 2, Jul/dez. 1995.p. 71-99.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília

SIMMEL, Georg. **Questões Fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

VELHO, Gilberto (org.). **Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social**. 8.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. ' Observando o familiar'. In: Nunes, Edson de Ol. (org). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 36-46.

\_\_\_\_\_. **Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo ou: por que censurar seu diário de campo?  
**Revista Horizontes Antropológicos**, número 32. Etnografias. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009, p.  
157-170.